

XI BRASA Congress
06-08 September 2012
University of Illinois at Urbana-Champaign
Panel: The Dictatorship and its Legacy

Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*
(Military dictatorship, the armed left and the social memory in Brazil)

Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha (Brasil)
vitor.angelo@uvv.br

* Este texto é um resumo das principais idéias discutidas na minha tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos em maio de 2011, sob orientação do professor Dr. Marco Antonio Villa. A pesquisa foi financiada pelo CNPq e pela CAPES.

Introdução

Analisando o período da ditadura militar brasileira, vários autores destacaram que a esquerda armada, embora desejasse tomar o poder e fazer a revolução, terminou servindo de justificativa para o recrudescimento da repressão (Fernandes, 1999; Rollemberg, 1994; Costa e Couto, 2003). O fim da ditadura pode ter sido consequência de vários fatores, como a perda da base política e social do regime, a crise econômica e o interesse das Forças Armadas em se dedicarem às atividades profissionais, menos da atuação direta da esquerda armada. A guerrilha, na verdade, facilitou a vitória do regime – e não sua derrota – ao lhe fornecer o argumento de que precisava para ampliar a repressão. No entanto, na memória social a respeito do período, a esquerda armada passou a ocupar um espaço muito diferente, como se tivessem lutado pela democracia interrompida em 1964 e desempenhado um decisivo papel para o fim do Estado de exceção.

Nosso propósito neste trabalho, que resume as principais idéias discutidas em nossa tese de doutorado (Angelo, 2011), é examinar a relação entre a ditadura militar e a esquerda armada brasileira nos anos 1960-70 e seus reflexos na memória social a respeito daquele período. Sustentamos, aqui, a tese de que o aprofundamento da ditadura não pode ser explicado em razão da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), mas, sim, da luta armada, que assumiu uma função importante, da perspectiva militar, para justificar o *golpe dentro do golpe*, em 1968, e a montagem e consolidação do aparelho informativo-repressivo. Em geral, atribui-se à DSN uma excessiva racionalidade, como se todas as medidas tomadas no período militar tivessem seguido, rigorosamente, os ditames daquela doutrina. Assim, seria natural pensar que a esquerda armada, ao materializar a idéia do *inimigo interno* preconizada pela DSN, tivesse exigido dos militares a estruturação de um aparato informativo-repressivo capaz de eliminar os *antagonismos* que se julgava ameaçar a ordem política e social.

Contudo, quando analisamos atentamente o que foi a luta armada no Brasil, podemos notar que a *esquerda revolucionária*, não tendo jamais ameaçado a ditadura nem estado próxima de tomar o poder, como pretendia, não poderia ter sido a causa, em termos *racionais*, para o aprofundamento da ditadura. O uso *político* da guerrilha – o que não exclui alguma racionalidade, obviamente – por parte de setores *ultra-revolucionários* das Forças Armadas desejosos em ampliar a repressão fez da luta armada uma fator extremamente útil para justificar tal necessidade – conceito que, como lembra Agamben (2004), está na gênese de qualquer Estado de exceção, como o que governou o Brasil entre 1964-85. Dessa forma, como veremos, à história da relação entre ditadura e luta armada no Brasil correspondeu uma outra, paralela, que foi a da relação entre as duas principais correntes militares daquele período: os *castellistas* e a *linha-dura*.

Paralelamente, sustentamos a tese de que, a despeito da derrota relativamente fácil dos militares sobre a guerrilha e do uso político desta para o aprofundamento da ditadura, a esquerda

armada passou a ser vista pela memória social construída posteriormente em termos bem diferentes. De um lado, buscamos identificar quais foram os principais elementos constitutivos dessa memória, que interessava politicamente não apenas aos antigos guerrilheiros, mas também a outros setores da sociedade civil que, à saída da ditadura, desejavam afastar-se dos militares, como se com eles nunca tivessem tido nenhuma relação de apoio ou de indiferença. De outro, tentamos reconstruir o contexto histórico no qual foi possível a estruturação dessa memória coletiva. Os trabalhos mais recentes a respeito do assunto (Reis Filho, 2000) enfatizam apenas o papel da anistia no processo de reconstrução da história do Brasil contemporâneo. Aqui, porém, buscamos avançar neste ponto, apresentando a mobilização das *Diretas Já!* como um momento importante para que os antigos militantes da esquerda armada, em contato com amplos setores da sociedade civil, pudessem ser associados à luta democrática, *esquecendo-se* – como é próprio do trabalho de memória – que outrora haviam apoiado o regime (caso de setores da sociedade, como parte da imprensa) ou lutado contra ele tendo em vista não a democracia *burguesa*, mas a ditadura do proletariado (caso da esquerda revolucionária).

Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional

Com base numa concepção de guerra *permanente e total* entre capitalismo e comunismo, a DSN privilegiava o tema da *segurança coletiva* contra o perigo da *subversão*, pressupondo ser impossível, num contexto de divisão bipolar do mundo, manter-se neutro diante das alternativas capitalista e comunista (Borges, 2007). Dessa perspectiva, a DSN também anunciava que a ameaça comunista não tinha origem apenas no exterior, mas dentro de cada país (através das seções dos partidos comunistas, por exemplo), de modo que os antagonismos eram percebidos tanto dentro como fora dos territórios nacionais, eliminando a idéia de fronteira e a concepção tradicional de guerra. Tratava-se de um conflito total e permanente porque o inimigo poderia estar em todos os lugares e porque a tensão ideológica só poderia cessar quando um dos lados se impusesse política e militarmente sobre o adversário.

Comparando o modelo convencional de guerra e a forma como os conflitos eram tratados pela DSN, Alves (2005) lembrou que a guerra tradicional, tal como era conhecida até meados dos anos 1940, era politicamente declarada, tinha uma natureza limitada e quase sempre envolvia duas nações (ou blocos de países) no conflito, uma agressora e outra agredida. Nessas circunstâncias, toda a capacidade produtiva dos países envolvidos era canalizada para o confronto. A indústria, a economia, a população, enfim, tudo era mobilizado para o combate ao inimigo. No caso da guerra total, da mesma forma, a nação também deveria se mobilizar inteiramente para o conflito, submetendo suas atividades à política de segurança. Contudo, a declaração de guerra, a fronteira demarcando a área de combate e a clara separação entre agressor e agredido desapareciam no

modelo preconizado pela DSN. A guerra poderia assumir um caráter *subversivo* e *revolucionário*, com parcelas da sociedade se organizando militarmente, com ou sem a ajuda do exterior, visando a derrubada do governo; ou se traduzir num conflito *psicológico* e *indireto*, com contestadores da ordem tentando ganhar as mentes da população até o momento de rebelar-se contra o poder instituído, a fim de retardar ao máximo o confronto armado contra um adversário mais bem estruturado e aparelhado.

Em síntese, a DSN tinha uma compreensão belicista do processo social, convertendo todos os cidadãos em possíveis inimigos, num conflito não declarado que entendia qualquer divergência política – os chamados antagonismos e pressões – como sinônimo de guerra interna. Subordinando os ditames da política aos da segurança nacional, a DSN fez com que, nos países onde foi aplicada, a política deixasse de “ser uma *arte civil* para se transformar em *arte militar*” (Borges, 2007, p. 28). Para combater um inimigo desconhecido, porque se disfarçava de cidadão comum, e localização não definida, porque se espalhava em todos os lugares, tornou-se fundamental erigir uma estrutura de *informação* e *repressão* que permitisse alcançar os *objetivos nacionais* definidos por quem governava o Estado de Segurança Nacional. Era preciso identificar os focos de *subversão*, investigar a vida e as atividades dos inimigos da pátria, produzir informações a seu respeito e impedir que tivessem êxito no objetivo de derrubar o poder instituído, subverter a ordem e implantar um modelo de governo e sociedade *estranhos* à tradição nacional.

Quando o caso brasileiro é pensado desse ângulo, a conclusão mais evidente é a de que tanto o caminho que levou ao golpe de 1964 como o modo pelo qual se estruturou a ditadura resultaram da DSN. A esquerda armada, nesse caso, teria confirmado a tese do inimigo interno, dando ao debate teórico dos militares uma correspondência na realidade. A idéia de uma guerra permanente e total, que diluía as fronteiras, convertia os cidadãos em potenciais inimigos e entendia quaisquer diferenças políticas como antagonismos ameaçadores à ordem e à paz sociais teriam sido decisivas para alimentar o pensamento e a ação militar antes e depois do golpe. Os comunistas, em geral, e a esquerda armada, em particular, logo passaram a ser vistos como elementos que, lutando por um sistema alternativo ao capitalismo, representavam uma ameaça à tradição cristã-ocidental que as Forças Armadas julgavam defender.

A racionalidade da DSN

Comparando os fundamentos da DSN com aquilo que, na prática, fizeram os militares brasileiros, muitos acabaram atribuindo àquela doutrina uma racionalidade que ela não teve. A análise dos militares a respeito da conjuntura, a maneira como compreenderam os problemas nacionais e a meticulosidade de sua ação, desde a preparação do golpe até a estruturação do regime, atestariam a equivalência entre as idéias anunciadas pela DSN e o comportamento das Forças

Armadas, principalmente no que diz respeito ao inimigo interno. Conseqüentemente, as mudanças no corpo teórico da DSN ao longo da ditadura, ao invés de serem vistas como uma contradição com seu fundamentos, teriam sido expressão de sua versatilidade e da capacidade dos militares em adaptá-la aos diferentes cenários que se foram desenhando ao longo das duas décadas de existência do Estado de Segurança Nacional. Uma parte importante dessa racionalidade teria se revelado justamente no combate à esquerda armada, o inimigo interno, subversivo, influenciado pelo comunismo internacional, presente em todos os lugares, contestador da ordem e disposto a se insurgir contra o poder instituído – tudo conforme preconizava a DSN – que mais longe chegou, em termos de ação, dentre os opositores da ditadura.

Borges (2007, p. 21), por exemplo, afirmou que a conspiração militar em 1964 “foi uma ruptura com os golpes anteriores e, por isso mesmo, não manteve as mesmas características de intervenções passadas. Ao contrário, durante seu curso, *obediente aos ditames* da Doutrina de Segurança Nacional, vão-se detectar diversas transfigurações”. Em outra passagem, ao tratar do papel político desempenhado pelos militares, o autor disse que, “*seguindo à risca* os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional [...] as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia”. Alves (2005, p. 41 e 60) indicou ter a mesma interpretação ao concluir, após definir a DSN como um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais” que “permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos”, que “as práticas do regime militar a partir de 1964 foram *razoavelmente coerentes*” com os seus fundamentos.

Também não é difícil encontrar trabalhos que apontam a origem da DSN em períodos anteriores, muitas vezes bastante diferentes daquele em que ocorreu o golpe. Para Coelho (2000, pp. 104-105), “a fórmula segurança/desenvolvimento sobre a qual assenta a filosofia dos governos revolucionários pós 1964 é, em essência, uma *versão mais sofisticada, sistematizada e atualizada da idéia desenvolvida por Góes Monteiro*” nos anos 1930. “Descontadas as diferenças de circunstâncias”, suas idéias são, “no essencial, *idênticas* à doutrina de Segurança Nacional”, antecipando em “mais de vinte anos a doutrina militar do regime instaurado com a revolução de 1964”. O próprio trabalho de Alves (2005, p. 39) iniciou sua análise da DSN mencionando uma autora que situara a formulação da doutrina ainda mais longe, identificando “as origens da ideologia de segurança nacional na América Latina já *no século 19, no Brasil*”.

Nesse caso, contudo, deveríamos questionar se teria sido possível que um conjunto de idéias tivesse se mantido imune às influências do tempo, indo de um período a outro como se tal doutrina fosse autônoma em relação às mudanças na sociedade e nas próprias Forças Armadas. Consideramos difícil, como fez Coelho, traçar uma linha ligando Góis Monteiro ao general Golbery

do Couto e Silva, o “feiticeiro” da ditadura (Gaspari, 2003, p. 16); ou ainda, a exemplo da autora citada por Alves, encontrar raízes da doutrina em que se fundamentaram os golpistas de 1964 no final do século XIX. Acreditamos que essas observações já seriam suficientes para revelar a fragilidade desses pontos de vista, exigindo, por um lado, o abandono do que se poderia chamar de *mito de origem*, e, por outro, uma reavaliação do papel da DSN para a consumação do golpe e a estruturação da ditadura.

Gaspari (2002a, p. 39) é contundente ao dizer que a DSN “nada teve de doutrina, muito menos de ideologia”, e que “a expressão ‘segurança nacional’ embutiu um preconceito, talvez uma idéia”. Para ele, em meio ao silêncio dos generais a respeito de sua própria participação no processo político brasileiro, “freqüentemente misturaram-se idéias brilhantes e preconceitos, dando-se força de dogma a algumas racionalizações que, no máximo, seriam bons instrumentos de especulação”. Embora suas críticas nos pareçam acertadas, elas trazem consigo o inconveniente de, colocando-se do lado oposto aos trabalhos anteriores, reduzir a DSN a um elemento sem maior importância. Se os primeiros autores que apresentamos tentaram compreender a realidade pela ótica da Doutrina de Segurança Nacional, visto que ela teria fundamentado a ação dos militares, Gaspari separa a realidade do pensamento militar, como se este fosse, além de autônomo em relação à história, vazio de conteúdo.

Contrário a essa opinião, Fico (2001) lembrou que o aparelho repressivo da ditadura não produziu um volume de informações desconexas e sem sentido. Na verdade, havia uma complexa estruturação e um intenso intercâmbio de dados que revelavam as convicções de seus produtores e geravam efetivos que iam muito além do simples texto escrito. O autor assume uma posição alternativa que nos parece mais refinada, pois, sem perder de vista a importância da DSN, como os primeiros analistas, redefine o lugar ocupado por aquela doutrina durante o regime, sem incorrer também na negação absoluta de Gaspari. Por um lado, Fico reconhece certa versatilidade da DSN ao afirmar que “a doutrina ou ideologia de segurança nacional e desenvolvimento teve de se adaptar, ao longo do tempo, aos ditames dos mandantes do momento”. Por outro, ele lembra que não se deve exagerar o peso desse corpo teórico, já que a Escola Superior de Guerra, que era o “pólo teorizador” da DSN, segundo Alves (2005, p. 42), teve uma “gradual decadência” (Fico, 2001, p. 41) depois de 1964; e também porque, face à diversidade militar, seria impossível que uma doutrina pudesse explicar um pensamento e uma ação em bloco das Forças Armadas.

A montagem do aparelho informativo-repressivo

Passaremos, agora, à observação de um dos elementos centrais DSN, que foi a montagem do aparelho repressivo da ditadura. Como foi dito, a organização de um aparato informativo-repressivo tornou-se uma das mais importantes tarefas do regime a fim de eliminar os focos de *subversão*.

Entretanto, nem os sistemas de informação e segurança interna começaram a ser montados quando a luta armada já tinha sido deflagrada – eliminando, portanto, as interpretações que se baseiam numa análise de causa e efeito – nem tampouco a estruturação de um aparato informativo-repressivo nos níveis verificados no Brasil poderia ter constituído uma resposta à guerrilha, de dimensões pequenas, tanto nas cidades como no campo – exigindo, dessa forma, outra explicação para a relação estabelecida entre a ditadura e a esquerda armada, o que faremos no próximo tópico.

A chamada *comunidade de informações* contemplava, na realidade, dois sistemas: um de informação e outro de repressão. O primeiro, denominado Sistema Nacional de Informações (SISNI), tinha o objetivo de reunir informações a serem colocadas à disposição do presidente da República, buscando dados importantes para neutralizar o inimigo interno, seja diretamente, pelo combate, seja indiretamente, pela desmoralização. O segundo, denominado Sistema de Segurança Interna do País (SISSEGIN), completava as atribuições do SISNI, atuando no campo repressivo propriamente dito, com a execução de prisões e interrogatórios. O SISSEGIN, criado a partir da pressão dos militares mais radicais da *Revolução de 1964*, a linha-dura, era uma resposta a duas questões prementes: de um lado, o desejo da ditadura em exercer um maior controle policial e militar sobre a sociedade; de outro, a insatisfação dos duros com o aparato repressivo existente, as limitações impostas pela Justiça ao trabalho punitivo e a possível imagem de fragilidade que o regime poderia passar nessas circunstâncias. Pensados desde algum tempo, os dois sistemas se consolidaram plenamente apenas em 1969-70, o que acabou reforçando a percepção de que respondiam à *ameaça* representada pela esquerda armada, cujo apogeu aconteceu justamente nesse biênio.

Em uma década, a ditadura erigiu uma ampla e complexa estrutura de informação e repressão. Apenas para efeito de comparação, vejamos a dimensão da estrutura que os guerrilheiros precisaram enfrentar. Além do Sistema Nacional de Informações (SNI), o governo dispunha ainda das Divisões de Segurança e Informação (DSI), presentes nos ministérios civis, em autarquias, nas fundações e nas empresas estatais. As Forças Armadas, por sua vez, tinham uma estrutura própria, que incluía um centro de informação da Marinha, outro do Exército e um terceiro da Aeronáutica, além do Subsistema de Informações Estratégicas Militares, responsável, especificamente, por tratar das informações relacionadas às operações militares. O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), a quem cabia o “trabalho sujo” (Fico, 2001, p. 123), completavam o organograma repressivo.

Entre 1969-74, apenas o SNI dispunha de aproximadamente 2 mil funcionários, enquanto cada DSI contava com cerca de 30 funcionários – lembrando que seu pessoal não era o mesmo que o do SNI. Somente no DOI do II Exército, em São Paulo, trabalhavam 250 pessoas em 1970. Nos cálculos de Fico (2001), supondo o envolvimento de cem pessoas em cada um dos dez DOI, cerca

de mil funcionários estiveram envolvidos nesse nível do aparelho repressivo. Na esquerda armada, diferentemente, os cálculos mais otimistas apontam que em suas seis principais organizações militaram, no máximo, 1600 pessoas, sendo que a maioria tinha pouco ou nenhum treinamento militar (Ridenti, 1993). Contas mais modestas indicam que em 1969, no auge da luta armada urbana, o número de guerrilheiros não era superior a 800 pessoas (Gaspari, 2002a).

Luta armada como pretexto para o aprofundamento da repressão

Às diversas siglas do aparato informativo-repressivo da ditadura corresponderam outras tantas da esquerda armada. A fragmentação da esquerda armada, com a formação de vários grupos, muitas vezes criados em razão de discordâncias relativamente pequenas, longe de tê-la fortalecido (pelo diagnóstico correto da conjuntura, pela tenacidade de suas posições, pela disposição em se opor ao reformismo, etc.), acabou facilitando o trabalho da repressão, que se organizava rapidamente no mesmo período, numa trajetória oposta à de seus inimigos, cada vez mais divididos. De algum modo, os que pegaram em armas durante a ditadura partiram do pressuposto de que a guerrilha era inevitável, de que não havia outro caminho a não ser a luta armada. Para isso contribuíram as influências internacionais, o fracasso da revolução pacífica defendida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a docilidade da oposição feita pelo Movimento Democrático Brasileiro, segundo avaliação dos grupos armados. Na verdade, a própria conjuntura alimentou o diagnóstico da esquerda armada de que existiam condições para a tomada do poder e a formação de um governo popular ou revolucionário.

Apesar das diferentes interpretações sobre o caráter da revolução brasileira, em geral predominou entre aqueles grupos a tese de que o capitalismo no país já estava plenamente constituído e que o latifúndio e o imperialismo não se opunham à burguesia nacional, inversamente ao que defendia o PCB. Influenciadas pela *teoria da dependência*, as organizações armadas acreditavam que a articulação entre aqueles setores impediam o desenvolvimento capitalista no Brasil ao provocarem a estagnação de suas forças produtivas (Ridenti, 1993). Em países subdesenvolvidos e dependentes, como era o caso, o sistema só poderia ser mantido pela força das armas, de modo que, vivendo sob uma ditadura, a realidade brasileira parecia comprovar que as condições *objetivas* da revolução já estavam dadas, cabendo aos revolucionários, na condição de vanguarda política, forjar as condições *subjetivas* do processo revolucionário.

Ao chamarmos a história das esquerdas que pegaram em armas de *luta armada*, cometemos uma impropriedade. Fala-se em luta armada, talvez, porque essa expressão facilmente localize os acontecimentos que se deseja discutir. Porém, eles pouco tiveram de luta, apesar das ações espetaculares executadas por várias organizações. A tentativa da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em instalar um foco guerrilheiro no Vale do Ribeira (SP), em inícios de 1970, foi um

exemplo da dinâmica freqüentemente assumida pela luta armada no Brasil, com a repressão no encalço de militantes em fuga, sem apoio popular, delatados por moradores locais, com uma estrutura precária e inadequada, feridos e famintos, muitas vezes¹.

O maior e mais importante projeto da esquerda armada, a guerrilha do Araguaia, o único foco rural que efetivamente produziu resultados, também ficou marcado por esses mesmos aspectos. Quando o Exército chegou ao Bico do Papagaio pela primeira vez, em abril de 1972, cada um dos 71 guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) dispunha de um revólver com 40 balas, quatro submetralhadoras (sendo duas de confecção doméstica), 25 fuzis e rifles. Havia também trinta espingardas, quatro carabinas e 63 armas longas – menos de uma arma por combatente. Além de escasso, o armamento era velho e defeituoso, tornando-o pouco seguro e confiável. Pelos cálculos de Gaspari (2002b, p. 416), “seu poder de fogo era inferior ao de quatro grupos de combate do Exército, cada um deles com nove homens armados de oito fuzis FAL e uma submetralhadora”. Em sua terceira e última expedição, no final de 1973, os militares estavam ainda mais bem aparelhados do que a guerrilha, cujos efetivos tinham sido reduzidos, entre prisões e mortes, a apenas 2/3 de um ano e meio antes. As Forças Armadas chegaram à região com armamentos, aviões, helicópteros e fotos aéreas do local. Também foram abertas dezenas de clareiras para facilitar o pouso das aeronaves na mata. A tropa, embora menor, era mais qualificada, com efetivos recrutados em batalhões de guerra na selva e soldados da área de fronteira acostumados com o trabalho de patrulha na floresta.

Dois anos de guerrilha não produziram mais do que alguns poucos confrontos, sendo que a maioria deles, provocados pelo avanço da repressão, e não por um ataque da esquerda, redundou em vitória dos militares. Nenhuma das baixas da guerrilha, por exemplo, ocorreu em ações ofensivas da esquerda. Nos estertores da luta armada no Araguaia, quando o foco revolucionário já estava seriamente debilitado, os militantes do PCdoB recrutaram até mesmo crianças. De acordo com Gaspari (2002b), em novembro de 1973, para cada três adultos da região que tinham sido integrados à guerrilha – lembremos que a estratégia da guerra popular prolongada previa um longo trabalho de politização das massas antes de deflagrar a guerrilha, para a qual se esperava contar com o apoio da população, o que praticamente inexistiu no Araguaia – havia um menor de idade lutando ao lado da esquerda. Em inícios de 1974, a guerrilha só continuava a existir como verdadeira *caçada*. O que restara dela eram guerrilheiros errantes pela mata, dispersos uns dos outros, sem comida nem mantimentos.

Nas cidades, a situação da esquerda armada não foi muito diferente. Entre 1968-70, seus grupos executaram as ações de maior impacto e repercussão, dando-lhes uma “sensação de poder”, um “parecer poder”, segundo Ridenti (1993, p. 51). Aqueles anos representaram o auge da luta

¹ Para um relato detalhado do caso, ver Gaspari (2002b, pp. 196-201).

armada nas cidades. Todavia, foi também o momento de consolidação do aparato informativo-repressivo da ditadura, que soube fazer uso da esquerda armada para justificar sua própria estruturação, aperfeiçoamento e consolidação. As divisões dentro da esquerda, o avanço da repressão, o refluxo dos movimentos de massa, o isolamento político da guerrilha acabaram sendo fatores determinantes para sua derrota.

No final do primeiro semestre de 1970, todas as organizações que um dia tiveram mais de cem militantes estavam desestruturadas. A Ação Libertadora Nacional (ALN), por exemplo, viveu um acentuado processo de isolamento e diminuição de seus quadros entre 1970-74, de modo que suas ações passaram a ser feitas sem qualquer sentido político, “significando pura sobrevivência” (Sales, 2007, p. 74). Entre meados de 1969 e 1970, as ações ofensivas da esquerda armada caíram à metade. Os assaltos a bancos, que chegaram a 36 entre março e abril de 1970, diminuíram para 11 entre junho e julho (Gaspari, 2002b). O mesmo ocorreu com os ataques a carros-pagadores: doze entre janeiro e março de 1970 contra seis entre abril e julho. No fim, os guerrilheiros passaram a roubar lojas comerciais, postos telefônicos, boates, farmácias, depósitos de sorvete, casas lotéricas e supermercados. Entre 1970-71, dos doze assaltos praticados pela Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), dez foram em supermercados, sendo que, dos outros dois, um foi numa fábrica de parafusos.

Portanto, pela dimensão que teve no Brasil, a luta armada jamais chegou a ameaçar seriamente a ditadura. Ainda assim, prevaleceu na memória social construída posteriormente a *teoria dos dois demônios*, segundo a qual militares e guerrilheiros travaram, à revelia da sociedade, uma verdadeira *guerra*. Implicitamente, essa tese pressupunha dois outros mitos: o de que a esquerda era mais poderosa do que realmente era e o de que os militares não poderiam oferecer democracia enquanto o inimigo não tivesse sido eliminado – idéias muito úteis politicamente para ambos os lados. Contudo, enquanto existiram, as organizações armadas nunca estiveram perto de derrubar os militares e tomar o poder. Pelo contrário, foi a ditadura quem se fortaleceu durante os *anos de chumbo*, usando precisamente a luta armada como justificativa para o recrudescimento da repressão. “As guerrilhas eram incômodas, mas também úteis porque ajudavam a justificar a repressão. A verdadeira ameaça ao governo não vinha da esquerda mas de dentro dos quartéis”, lembrou Skidmore (1988, p. 203). Nesse sentido, é bastante ilustrativo, mesmo que sucintamente, observar a trajetória dos militares da linha-dura no processo de estruturação do SISNI e SISSEGIN.

A criação dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), entregues ao comando de coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães logo após o golpe de 1964, representou uma das primeiras providências de caráter repressivo da ditadura. A condução desses inquéritos por parte dos militares duros, que se agruparam em torno dos IPM sob o estímulo e a liderança do ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva, revelou um “*ethos* persecutório” (Fico, 2001, p. 37) que caracterizou essa

corrente e, por conseqüência, as medidas punitivas tomadas pelo regime. A “utopia autoritária” (D’ARAÚJO et al., 1994, p. 9) da linha-dura assentou-se num forte componente ético-moral que, oriundo de uma cultura política de direita marcadamente anticomunista, tendeu a identificar as razões da crise de 1964 na subversão e na crise moral supostamente presentes na sociedade brasileira.

As punições defendidas pelos *coronéis dos IPM*, como ficaram conhecidos os responsáveis pelos inquéritos, não decorriam de ações político-administrativas racionais, cuidadosamente planejadas (com base na DSN, por exemplo), mas do simples desejo de eliminar os defensores de uma *república sindicalista* contrários aos valores da sociedade cristã e democrática, segundo o jargão da linha-dura (Fico, 2001). Notemos, portanto, que nem a *racionalidade* da DSN fundamentou a ação dos duros nem a esquerda marxista, de onde saíam os grupos armados, foi seu alvo principal. Por meio dos IPM, os ultra-revolucionários também voltaram sua atenção para a suspensão de direitos políticos, cassação de mandatos e demissão de servidores públicos, com base nesse *ethos* moralizante do qual falamos.

A princípio, os duros surgiram tão somente como um *grupo de pressão*, lutando pelo que consideravam ser o verdadeiro significado da *Revolução de 1964*: uma ampla e profunda depuração da sociedade brasileira a ser conduzida pelos militares. Entretanto, rapidamente foram institucionalizados, transformando-se numa verdadeira *polícia política* autorizada a investigar, prender e interrogar suspeitos (Fico, 2001). Contribuíram para isso tanto as medidas tomadas por presidentes afinados com seu discurso e propósitos, caso de Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, como por militares considerados liberais (no limite, democratas), caso do presidente Humberto Castello Branco. Seu governo incentivou a estruturação dos duros ao lhes conceder vitórias políticas e institucionais, como a aprovação da Constituição de 1967, que incorporou parte das medidas arbitrárias dispostas pelos primeiros atos institucionais. Legalizando a idéia de guerra interna, a nova Constituição permitiu que todos os cidadãos fossem considerados aprioristicamente suspeitos de subversão, o que ofereceu fundamento jurídico e conceitual para que os duros deixassem de ser apenas um grupo de pressão.

Com base no que estamos sustentando desde o início, ou seja, a idéia de que a luta armada foi usada como justificativa para o aprofundamento da repressão, o ano de 1968 aparece como extremamente importante. Na seqüência de uma séria de medidas de exceção, a ditadura encontrou, naquele ano, os argumentos de que desejava para aprovar o Ato Institucional (AI) n. 5. Um dos mitos criados pela direita – civil e militar – foi atribuir o recrudescimento do regime à necessidade de combater o *terrorismo* de esquerda. Desde antes do golpe, como Skidmore (1988, p. 64) assinalou, era de conhecimento geral que “os militares da linha dura estavam procurando um pretexto para silenciar maior número de políticos”. Segundo esse raciocínio, o AI-5 teria sido uma

resposta, quase um reflexo, às ações da esquerda revolucionária visando a tomada do poder. Algo semelhante foi alegado pelos militares anos depois, quando afirmaram que a abertura do regime demorou mais do que o necessário em razão da guerrilha (Couto, 1999). Portanto, uma questão pertinente, apresentada por Fico (2001, p. 57) é se “o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefensa)”.

Inicialmente, devemos lembrar que as primeiras ações armadas vieram a público antes de 1968, embora o auge da guerrilha tenha ocorrido entre 1969-70. Dois anos depois do golpe, por exemplo, militantes ligados à Ação Popular explodiram uma bomba no aeroporto dos Guararapes, em Recife, com o objetivo de atingir o ministro Costa e Silva, que na época fazia um giro pelo Nordeste na condição de candidato oficial à sucessão de Castello. O atentado deixou duas vítimas fatais, mas não atingiu o ministro da Guerra, que teve sorte. Na escala anterior, seu avião apresentou uma pane, e ele decidiu seguir viagem de carro até Recife (Gorender, 1987). Em 1966, o PCdoB já havia começado, secretamente, a transferir alguns quadros para o Araguaia, mas a ditadura só tomou conhecimento do fato depois de decretado o AI-5. Outras organizações, com a ALN e a VAR, também tentaram instalar focos guerrilheiros na região do Bico do Papagaio, mas sua dispersão, feita facilmente pela simples chegada da polícia, aconteceu apenas em 1970-71 (Gaspari, 2002b). Além disso, o próprio sistema DOI-CODI, ao contrário do que afirmam alguns militares em suas memórias, só foi implantado em julho de 1969, precedendo em dois meses a maior ação da esquerda armada: o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

Um fato que também enfraquece a versão militar sobre o AI-5 é a série de medidas tomadas pela ditadura logo após sua decretação. Em fevereiro de 1969, apenas dois meses depois do *fechamento do regime*, o governo instituiu a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, responsável por apurar os crimes contra a segurança nacional e a ordem político-social, absorvendo todos os IPM abertos. Em maio, aprovou também o novo Código de Processo Pena Militar, com penas mais rigorosas que na versão anterior. Em julho, criou a Inspeção Geral das Polícias Militares, no âmbito do Estado-Maior do Exército, a fim de controlar as polícias militares, consideradas linhas-auxiliares das Forças Armadas. Paralelamente, definiu-se que apenas oficiais do Exército poderiam ocupar os cargos de secretário estadual de segurança pública e de comandante das polícias militares. O que essa cronologia indica é que tais medidas provavelmente vinham sendo discutidas e formuladas há algum tempo, “ou não se explicaria a presteza de sua efetivação” (Fico, 2001, p. 115). Em outras palavras, o endurecimento trazido por essas providências não guardavam, necessariamente, uma relação direta, de causa e efeito, com a luta armada.

Por outro lado, os termos do AI-5 vinham sendo discutidos desde julho de 1968, quando Médici, então chefe do SNI, pediu a Costa e Silva um instrumento repressivo semelhante. Numa das

reuniões do Conselho de Segurança Nacional realizada naquele mês com o propósito de avaliar o impacto das mobilizações populares, o ministro do Exército, Lyra Tavares, fez uma “síntese apocalíptica” da conjuntura. Nesse momento, segundo Gaspari (2002a, p. 311), o general Jayme Portella, um dos militares linha-dura mais proeminentes, “tinha na pasta o decreto de suspensão das garantias constitucionais e a relação dos nomes dos futuros executores do interlúdio de exceção”. Analisando a reunião em que o AI-5 foi aprovado, poucos meses depois, o autor afirmou que não houve divisão no ministério com relação ao posicionamento do vice-presidente, Pedro Aleixo, que se declarou contra a medida. A divergência, segundo ele, ficou limitada à “audácia de um pelotão de fuzilamento e a cautela dos liberais” (p. 339). Prova de que a decisão já tinha sido tomada previamente, de que jamais existiu uma discussão profunda a respeito do AI-5, é a declaração do então ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, que anos depois disse o seguinte sobre a reunião: “era um teatro para levar ao Ato. Aquela reunião foi pura encenação [...] O discurso do Marcito² não teve importância nenhum. *O que se preparava era uma ditadura mesmo*. Tudo era feito para levar àquilo” (Citado em Gaspari, 2002a, p. 339).

No próprio governo havia análises indicando que a luta armada não representava um perigo para a ditadura. Em setembro de 1964, Golbery, em documento oficial do SNI, informou a Castello Branco que o governo tinha à sua esquerda uma oposição formada pelo grupo brizolista-janguista afastado do poder e pelas organizações comunistas adeptas da violência revolucionária. No documento, porém, o general minimizava a importância dessa oposição, afirmando que ela poderia até mesmo atuar em bloco, mas que não cometeria mais do que “atos isolados de sabotagem”, podendo chegar, quando muito, a “atentados pessoais, golpes de mão em centros vitais (comunicações), energia elétrica, quartéis, etc., fracos surtos de insurreição localizada, inclusive guerrilhas e, até mesmo, incursões e correrias em faixas fronteiriças [...] com recursos financeiros e armamento contrabandeado” (Citado em Gaspari, 2002a, p. 176). Ou seja, apesar da propaganda anticorrupção e subversão, o principal órgão de informação da ditadura duvidava da capacidade de ação dos grupos esquerdistas, incluindo os que pegariam em armas mais tarde. É verdade que as organizações armadas superariam as expectativas de Golbery, mas, ainda assim, pelo que vimos anteriormente, elas não chegaram a ameaçar a ditadura – assim como o SNI previra. Nesse sentido, o próprio golpe de 1964 não poderia ter sido justificado como uma *contra-revolução*, em resposta à ameaça vinda da esquerda.

No final daquele ano, em exposição secreta feita ao ministério, Golbery concluiu que a ameaça subversiva não havia passado, apesar das medidas punitivas tomadas no primeiro ano do regime, mas que o governo tinha todas as condições de enfrentá-lo: “os perigos não passaram de

² Márcio Moreira Alves, deputado federal do MDB, cujo discurso proferido na Câmara em setembro de 1968, considerado ofensivo pelas Forças Armadas, foi a causa imediata da decretação do AI-5.

todo [...] o governo federal precisa ainda continuar preparado e alerta para enfrentar, a qualquer momento, ações subversivas de porte médio, partidas, notadamente, de grupos brizolistas e elementos comunistas da chamada linha chinesa-fidelista” (Citado em Gaspari, 2002a, p. 190). O chefe do SNI tinha razão em acreditar que o perigo da subversão continuava. Em inícios de 1965, por exemplo, o regime desbaratou uma operação envolvendo paraguaios ligados à esquerda católica em São Paulo e descobriu planos de atentados contra generais, incluindo o próprio Golbery. Nada disso, porém, justificava o *golpe dentro do golpe*. Logo após o AI-5, Golbery continuaria dizendo que a ditadura jamais estivera ameaçada e que os generais “estão vendo fantasmas” (Citado em Gaspari, 2002a, p. 343).

Em síntese, todas as evidências apontam para o fato de que o AI-5 não foi uma exigência imposta pela guerrilha, nem o aumento da repressão uma reação à luta armada. O fechamento da ditadura não representou uma *resposta*, mas o *ponto alto* do processo de maturação dos duros, “cada vez mais convencidos de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão” (Fico, 2001, p. 64). O recrudescimento do regime foi consequência do anseio punitivo da linha-dura – isso é, de sua utopia autoritária – e da decisão do presidente Costa e Silva em completar a *Operação limpeza* iniciada no governo anterior. A questão apresentada por Fico não pode ser respondida em termos absolutos, de sim ou não, porque, como ele mesmo afirmou, durante a ditadura, “uma *inter-relação* estabeleceu-se entre repressão e luta armada”, numa espécie de “ação recíproca que não se explica pela noção de anterioridade” (2001, pp. 63-64). Em outras palavras, a ditadura e, principalmente, o AI-5 tiveram um lado *positivo*, do ponto de vista político, tanto para a esquerda armada como para os militares duros. Para os guerrilheiros, porque o golpe e seu recrudescimento, em 1968, indicaram o isolamento da ditadura, segundo a análise que fizeram da conjuntura. Para a linha-dura, porque a manipulação política de uma oposição armada que nunca ameaçou o regime seriamente lhes permitiu chegar ao poder, por meio do golpe, e institucionalizar-se dentro da *Revolução*, usando como justificativa a própria luta armada, o inimigo interno que precisava ser combatido.

Natureza e significado da luta armada

Feitas essas observações acerca da DSN, de sua suposta racionalidade e do papel político desempenhado pela guerrilha para a justificação do recrudescimento militar, a despeito de suas intenções em derrubar o Estado de exceção, vejamos como a esquerda armada passou um espaço bem diferente na memória social construída posteriormente. O retorno ao regime democrático, após duas décadas de ditadura, foi combinado com a construção da memória social a respeito daquele período. Conforme assinalado por Rollemberg (2003, p. 45), “a memória recente do país ia sendo construída ao mesmo tempo em que o país vivia o desafio de construir a democracia”. Tendo como

referência o novo momento político, esse processo conduziu a uma redefinição dos papéis efetivamente desempenhados por aqueles que, à saída da ditadura, passaram a fazer oposição ao governo militar – a exemplo da grande imprensa, de associações profissionais como a ABI e a OAB, além dos próprios ex-guerrilheiros, em processo de autocrítica de sua experiência na luta armada. Dessa forma, a construção da memória sobre o regime militar se caracterizou pelo uso político do passado, a fim de legitimar as posições assumidas a partir de 1974 pelos diferentes setores da sociedade, sublinhando um aspecto interessante do *trabalho de memória*, que é a ênfase na “verdade do presente, o aprofundamento de uma identidade partilhada”, e não “o conhecimento, a realidade e a inteligibilidade do passado” (Lavabre, 1994, p. 487).

No caso da antiga esquerda armada, a releitura do passado secundarizou certos aspectos de sua experiência política e destacou, distorcendo, outros elementos, a fim de integrar os ex-guerrilheiros naquele novo quadro político-institucional animado pelas mobilizações sociais. De acordo com Rollemberg (2003, p. 48), “a construção da memória deste passado” foi feita, na época, “menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução”. Nesse contexto, tanto os que apoiaram a ditadura como os que contra ela lutaram passaram a representar os anos anteriores em outros termos, visando apagar, muitas vezes, aspectos que pudessem afastá-los da ordem política que então se constituía no Brasil. Algo semelhante ocorreu na Argentina na mesma época, onde o julgamento das Juntas Militares que governaram o país entre 1976-83 impôs à sociedade a tarefa de examinar aquele passado do ponto de vista do tempo presente que se abria, levando a uma “modulação” (Hartog e Revel, 2001, p. 14)³ do passado que serviu para utilizar politicamente a história a fim de legitimar seu novo posicionamento face à ditadura:

Porque se ali [no momento do julgamento das Juntas] se vinculavam a implantação de uma memória da ditadura com as promessas da democracia, é preciso dizer que nessa nova origem, a recuperação da experiência passada se abria em direção a um contexto presente, móvel e conflitivo (Vezzetti, 2002, p. 15).

Com relação à antiga esquerda armada, a memória constituída na época ocupou-se fundamentalmente de duas questões: sua *natureza* e seu *significado*. Na releitura que se fez do passado, foi necessário, tanto para a sociedade como para os ex-guerrilheiros, responder os motivos que levaram parte da esquerda brasileira a pegar em armas para combater a ditadura e quais teriam

³ Os autores lembram que a história nacional é um dos exemplos mais visível do uso passado com propósito político. Para o que discutimos aqui, é interessante perceber que estamos analisando justamente o processo de reelaboração do passado *nacional*, da história da ditadura militar – especificamente, da memória a respeito da relação que a sociedade estabeleceu com o regime e do papel desempenhado pelas oposições, principalmente pela esquerda armada.

sido as conseqüências desse fato para a aquele período histórico. Ao longo desse processo foram sendo construídos os principais mitos a respeito da luta armada. A luta armada, por exemplo, passou a ser vista como uma forma de resistência à ditadura e até mesmo como um fator determinante para o fim regime. Em 1964, com a tomada do poder pelos militares e a interrupção da democracia, a sociedade, como um todo, teria se levantado contra o autoritarismo imposto pelas Forças Armadas. Uma pequena parte da oposição, jovem e radical, de maneira corajosa e destemida, pegou em armas para combater a ditadura, derrubar os militares e restabelecer o regime democrático. Essa decisão, que levou muitos deles à tortura e à morte, teria sido tomada basicamente porque o regime, ao fechar os canais legais de participação política, não havia deixado alternativas para a esquerda que aderira à luta armada. Dessa forma, aqueles jovens teriam sido literalmente empurrados para o enfrentamento com os militares, tornando-se uma espécie de braço armado da sociedade, que por outros meios também resistiu à ditadura ao longo de duas décadas.

Os jovens que aderiram à luta armada eram em sua maioria universitários de classe média, como revelou o estudo de Ridenti (1993)⁴. Não teriam, portanto, nenhum motivo plausível para combater abertamente o regime não fosse seu firme apego à democracia – e, por conseguinte, sua tenaz oposição ao autoritarismo instituído pela ditadura. Nas cidades e no campo, os jovens convertidos em guerrilheiros travaram uma luta desigual. Sem experiência militar, numericamente inferiores, ousaram combater um Estado cada vez mais militarizado e repressivo, como vimos acima. Os sobreviventes da repressão acabaram seguindo para o exílio, de onde continuaram combatendo a ditadura brasileira. Do exterior, animaram campanhas de denúncia contra o regime e integraram os comitês pela anistia que se formaram em vários países. Quando, em 1979, com a anistia, a maioria dos ex-guerrilheiros voltou ao Brasil, foi como se os combatentes finalmente se reintegrassem à sociedade que, junto com eles, também lutou pelo retorno à democracia. Após uma longa separação forçada, a necessidade do exílio finalmente tinha chegado ao fim, de modo que os que defendiam a democracia podiam atuar livremente.

Com algumas variações, essa é a síntese do que freqüentemente se passou a entender por luta armada no Brasil. Conforme destacado por Reis Filho (2000, p. 70), essa releitura do passado, que respondeu a um duplo interesse, operou verdadeiros “deslocamentos de sentido que se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos objetivos, e não a versões consideradas apropriadas por seus autores”. A reconstrução histórica do período militar feita ainda durante o processo de abertura atendeu tanto à sociedade como à antiga esquerda armada, que na memória a respeito dos anos anteriores passou a ocupar um lugar de destaque. Apagados os interesses anteriores de cada lado e as efetivas ligações que mantiveram com a

⁴ Os dados informados pelo autor indicam que 57,78% dos militantes de organizações armadas pertenciam às “camadas médias e altas intelectualizadas”, sendo que, desse percentual, 30,7% eram de estudantes.

ditadura, os “deslocamentos de sentido” garantiram legitimidade ao conjunto da oposição. Do ponto de vista da sociedade, essa versão elidiu todos os vínculos que a associavam ao regime. Lutando ativamente pela democracia desde 1964, foi como se a sociedade jamais tivesse apoiado a intervenção militar e a derrubada de Jango. Parte daqueles que constituíam as vozes de oposição à ditadura em meados dos anos 1970 havia apoiado o regime no período anterior. Assim, a reconstrução do passado feita durante a abertura, desvinculando-as desse fato, conferiu legitimidade a determinados setores da sociedade dentro da nova ordem política, pela qual passaram a lutar apenas posteriormente.

Do ponto de vista da esquerda armada brasileira, a releitura do passado nos moldes como ela se consolidou encobriu a verdadeira natureza e o real significado da guerrilha. Em primeiro lugar, a idéia de que a interrupção da democracia em 1964 teria incentivado a deflagração da luta armada não encontra base na realidade. O enfrentamento armado visando a tomada do poder era visto como uma estratégia política *antes* mesmo do golpe contra João Goulart, como atesta o exemplo das Ligas Camponesas (Azevedo, 1982; Sales, 2007; Rollemberg, 2001). Desse modo, é equivocado atribuir à ditadura a causa do caminho escolhido por uma parcela da esquerda, embora, na análise da conjuntura, a esquerda revolucionária tivesse encontrado no golpe a confirmação de suas concepções teóricas.

As principais (e efetivas) ações da esquerda armada ocorreram durante a ditadura militar, mais especificamente entre 1967-72, no meio urbano, e 1973-74, no meio rural. Conseqüentemente, não é possível dissociar a luta armada do regime militar, visto que, sob o ponto de vista histórico, sua deflagração aconteceu, de fato, quando o Brasil vivia sob uma ditadura. Retomando algumas questões já apontadas anteriormente, lembremos que a ruptura com o modelo etapista da revolução preconizado pelo PCB e a *teoria da dependência* foram determinantes para as posições assumidas pelas organizações armadas. As diferentes interpretações que passaram a ser feitas a respeito da revolução brasileira, em geral, aceitavam a premissa decorrente daquela teoria de que, em países como o Brasil, submetidos ao imperialismo, não haveria alternativas para o desenvolvimento do capitalismo a não ser pelo uso da força. Por conseguinte, a tomada do poder pelos militares em 1964 foi compreendida como sendo a confirmação do diagnóstico da *Nova Esquerda*, de forma que não é possível desconsiderar que o início da ditadura teve alguma influência para a decisão da esquerda armada em deflagrar a guerrilha.

Contudo, a opção pela luta armada não foi um simples reflexo da instalação da ditadura, como demonstra o exemplo das Ligas (embora seu projeto guerrilheiro estivesse bastante associado à questão da reforma agrária, e não propriamente à tomada do poder para fazer a revolução), nem tampouco motivada pela falta de canais de oposição ao novo regime político. “A visão do bloqueio institucional torna-se uma mistificação da realidade”, como destacou Ridenti (1993, p. 61), “pois

parte tacitamente do pressuposto de que não haveria hipótese de um processo de ações armadas na sociedade brasileira se as instituições estivessem funcionando regularmente, inclusive com canais de expressão para a oposição”. A esse respeito, a memória social construída a partir de 1974 dividiu-se claramente entre dois grupos: de um lado, os que incorporaram a tese do bloqueio institucional como uma explicação válida desde o golpe de 1964; de outro, os que assumiram essa perspectiva apenas para o período pós-1968, quando a decretação do AI-5 realmente diminuiu os espaços legais de manifestação política. Nesse sentido, o *golpe dentro do golpe* teria praticamente forçado a adesão de muitos à guerrilha, diante da falta de opções de luta política – um mito que não informa que as motivações da esquerda armada precederam o AI-5 e até mesmo o golpe contra João Goulart.

Observemos o conteúdo de uma carta aberta redigida por Marighella (1999, pp. 540-543) em dezembro de 1966 e enviada à Executiva do PCB para ilustrar esse aspecto. Opondo o “caminho eleitoral” ao “caminho armado”, Marighella fez duras críticas à liderança comunista e ao fato de o partido acreditar na possibilidade de uma oposição pacífica através da militância no MDB. “A saída do Brasil”, dizia a carta, “só pode ser a luta armada, o caminho revolucionário, a preparação da insurreição armada do povo, com todas as conseqüências e implicações que daí resultarem”. Notemos que o documento, escrito por Marighella dois anos antes da aprovação do AI-5, já falava abertamente em luta armada, entendida não como uma estratégia entre outras possíveis, mas como único caminho a ser seguido. Sem haver motivos “porque lutar para entregar o poder à burguesia, para que seja construído um governo sob a hegemonia da burguesia”, a principal tarefa dos revolucionários, segundo Marighella, era “a tomada do poder, juntamente com as massas”. Relembrando a derrota sofrida pela esquerda no governo João Goulart, Marighella afirmava que as “ilusões da Executiva” do PCB na possibilidade de uma frente popular ou ampla já tinham se revelado infundadas, o que, somado aos “vinte anos de acordos eleitorais feitos no passado, acordos eleitorais sem princípios”, deixou evidente que “a luta pelas reformas de base não é possível pacificamente, a não ser através da tomada do poder por via revolucionária”.

Resistência democrática

Com base no entendimento de que a luta armada foi uma estratégia política aceita antes de 1964, e que, portanto, apesar de ter tido evidentes ligações históricas com a ditadura, não foi causada pela tomada do poder pelos militares, chegamos a outro elemento consolidado na memória social a respeito daquele período: a luta armada como *resistência democrática*. A despeito de seu isolamento social, a esquerda armada enxergava a si mesma como uma vanguarda portadora do ideal revolucionário, que, em última instância, conduzia a uma transformação profunda da sociedade brasileira. Apenas nesse sentido, ponto em que concordamos com Ridenti (1993, p. 64), é

possível falar que sua luta assumiu uma forma de resistência, de conteúdo “libertário e não necessariamente institucional”. Seria uma resistência às formas de opressão da classe trabalhadora que aquela parcela da esquerda brasileira julgava representar – era a tese da “imprescindibilidade do Partido”, da vanguarda política a guiar a “missão histórica do proletariado” (Reis Filho, 1990, pp. 117 e 112). A nosso ver, em que pese o aprofundamento desse processo de exploração sob a ditadura, a resistência, nesse sentido estrito, não dependia necessariamente da existência de um governo autoritário, podendo manifestar-se também sob o regime democrático.

A idéia de resistência, quando inscrita no contexto histórico do regime militar, embora contemple a dimensão libertária a que Ridenti se referiu, é frequentemente associada a uma luta contra aquela forma de poder e à restauração do que o golpe de 1964 suplantou, ou seja, a democracia. Aqui, novamente, um “deslocamento de sentido” (Reis Filho, 2000) consolidado na memória social apagou o caráter revolucionário da esquerda armada. Sua luta jamais constituiu um combate *em defesa* da democracia pré-1964, considerada um regime burguês, e, por isso mesmo, limitado. A democracia anterior ao golpe era percebida como “sinônimo de acordos, negociatas, conchavos” (Araújo, 2007, 328), estando associada à etapa nacional-democrática do modelo de revolução preconizado pelo PCB, contra o qual a Nova Esquerda se posicionou. A estratégia do enfrentamento armado teve como objetivo principal a tomada do poder para fazer a revolução, de modo que, sendo os militares quem ocupavam o aparelho de Estado como dirigentes políticos, a luta da esquerda armada deveria, naturalmente, direcionar-se para a derrubada da Forças Armadas do poder. O fim da ditadura era o único ponto que ligava as oposições aos guerrilheiros até 1974, uma vez que suas propostas eram bastante distintas. Enquanto a maior parte das oposições queria apenas restabelecer a democracia, a esquerda armada sinalizava com um horizonte diferente: no lugar de um simples retorno ao contexto anterior ao golpe, à democracia *burguesa* (com a ditadura da minoria), os guerrilheiros propunham um avanço para o futuro, em direção à democracia socialista (com a ditadura do *proletariado*), num caminho que exigiria o enfrentamento armado com o regime militar.

Um texto significativo para ilustrar essa releitura do passado, e que também assume a teoria do bloqueio institucional, foi publicado há alguns anos por Moraes. Analisando as mobilizações de massa contra a ditadura ocorridas em 1968 e sua relação com a luta armada, o autor sustentou a tese de que “a condição política essencial” para seu desencadeamento a partir daquele ano foi a existência do regime militar. “Sem ditadura”, ele ressaltou, “não teria havido luta armada no Brasil a partir de 1968”. Dessa forma, o golpe de 1964 teria sido a “pré-condição histórica fundamental” para a deflagração da luta armada, e a consolidação da ditadura, com o fechamento completo do regime, sua “condição política fundamental” (Moraes, 1989, pp. 139 e 142). Para o autor, a luta armada, estando vinculada à interrupção da democracia, poderia ser considerada uma forma de

resistência democrática à ditadura, assim como os movimentos de massa ocorridos em 1968, embora com estes não estivesse concatenada.

Se o exemplo das Ligas Camponesas revela que a luta armada já era vista como uma estratégia política aceitável – até mesmo inevitável para alguns setores – antes do golpe de 1964, o caso do PCdoB demonstra que a tese de Moraes a respeito do AI-5 e da guerrilha possui alguns pontos bastante frágeis, difíceis de defender a partir do exame da realidade histórica. Conforme dissemos anteriormente, o PCdoB começou a enviar militantes para a região do Araguaia depois de 1966, dois anos antes, portanto, do AI-5. Como, então, sustentar a idéia de que o *golpe dentro do golpe* levou a esquerda revolucionária a reconhecer que luta armada era inevitável se bem antes suas organizações já se mobilizavam concretamente nesse sentido? A explicação institucional fundamenta-se na premissa de que o AI-5 teria levado ao refluxo dos movimentos de massa em 1968. Enquanto parte dos envolvidos nas mobilizações se resignou diante da repressão, uma parcela menor, porém, radicalizada, aderiu ao inevitável caminho da luta armada. Todavia, analisando a cronologia das mobilizações de 1968, Rollemberg (2003, p. 48) questionou esse ponto, afirmando que “o recuo dos movimentos sociais ocorreu ainda no início do segundo semestre”. Curiosamente, na memória social construída anos mais tarde, a justificativa militar para aquela medida, ou seja, a idéia de que o AI-5 era necessário para conter os movimentos *subversivos*, foi, contraditoriamente, incorporada pela esquerda para explicar a imersão de parte dela na luta armada.

Voltando à questão da resistência democrática, só é possível aceitar que a ação da esquerda revolucionária tenha tido um conteúdo de resistência em seu sentido libertário, como afirmamos há pouco, o que independia da existência de uma ditadura e não afastava a esquerda armada de outros grupos de oposição, que também integravam a resistência em seu molde libertário, não obstante com outras táticas políticas. Ridenti (1993, pp. 64-65. Grifo nosso) já apontara essa questão ao dizer que a luta dos ex-guerrilheiros constituiu “uma *resistência* que não implicava *necessariamente* a idéia de redemocratização, mas, *sobretudo*, de revolução”. Em sua afirmativa, podemos notar ainda algum esforço analítico do autor para não desqualificar a luta armada como resistência democrática, sem, contudo, deixar de sublinhar sua especificidade em relação aos demais movimentos de oposição à ditadura. O uso das palavras *necessariamente* e *sobretudo* indicam, segundo Ridenti, que haveria espaço para considerar a resistência da esquerda armada como tendo sido em favor da democracia, embora apontasse especialmente para a revolução. Porém, como sabemos, a guerrilha não contemplou qualquer idéia de resistência *democrática*, mas apenas de revolução, sem meios-terminos. Somente depois, no exílio, com a luta armada já derrotada, é que os ex-guerrilheiros passariam a valorizar a questão da democracia.

De todos os elementos que compõem a releitura do passado feita a partir de 1974, a questão da resistência talvez seja a que mais importou para a esquerda que chegava do exílio. Afinal,

tomados por seus objetivos originais (derrubar a ditadura e fazer a revolução), divulgados em todos os seus documentos, a esquerda havia sido completamente derrotada. O “deslocamento de sentido” operado posteriormente teve, para a esquerda armada, o mérito de lhe garantir a vitória política sobre a ditadura, quando sabemos que o contrário ocorreu, conferindo-lhe um lugar de destaque no conjunto das oposições ao regime e legitimando sua inserção na nova ordem política, pela qual, na prática, jamais tinha lutado a não ser depois de 1974, quando fez a autocrítica – ainda assim, como foi visto, de maneira instrumental, como se a defesa da democracia burguesa fosse uma concessão momentânea necessária para a retomada da luta política em melhores condições. Nas análises mais recentes, a qualificação da luta armada como *resistência democrática* geralmente tem sido questionada, freqüentemente chamando-se a atenção para o fato de que a esquerda que pegou em armas nos anos 1960-70 não era “de modo nenhum apaixonada pela democracia [anterior a 1964], francamente desprezada em seus textos” (Reis Filho, 2000, p. 70).

O recente movimento crítico em relação à luta armada, compartilhado inclusive por ex-guerrilheiros, tornou-se tão hegemônico que ensejou uma reflexão mais detida de Ridenti a respeito desse aspecto. Em sua análise anterior, da qual já falamos, o autor tinha afirmado expressamente que a luta da esquerda armada deveria ser entendida como uma “‘grande recusa’, na expressão de [Herbert] Marcuse”, a fim de “evitar confusões com a visão institucionalizante, que atribui aos grupos guerrilheiros uma concepção democrática que elas não tinham” (Ridenti, 1993, p. 65). Em 2004, por ocasião dos 40 anos do golpe, num momento em que a própria sociedade buscava se afastar, como dissemos, tanto da ditadura como da esquerda armada, Ridenti, preocupado com o uso político das críticas acadêmicas à esquerda armada, como ele mesmo deixou transparecer, realizou um novo exame crítico acerca da guerrilha, apontando numa direção que nos parece, além de imprecisa, diferente daquela feita anteriormente:

A argumentação requer cuidado para que a análise do passado pelos historiadores e cientistas sociais não afunde no terreno pantanoso das lutas políticas e ideológicas da atualidade, inevitavelmente presentes em nosso ofício. Como fazem parte da história, as próprias interpretações do passado recente também podem [...] – a despeito de sua intenção desmistificadora e de objetividade – chegar a um resultado oposto ao pretendido. Ao recusar a idéia de que as esquerdas armadas fizeram parte da resistência à ditadura, uma certa vertente interpretativa acaba sendo incorporada política e ideologicamente pelos que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura, justamente o contrário da intenção original (Ridenti, 2004, pp. 59-60).

A fim de responder ao uso político das análises desmistificadoras, Ridenti terminou incorporando a seu trabalho a idéia de que a esquerda armada fez parte da resistência ao regime

militar, posição que, em si, não difere daquela sustentada por ele anteriormente. Contudo, apagou-se o qualificativo de “libertária” para incorporar a tese da resistência “democrática”. O autor lembrou que o termo resistência teve origem nos movimentos de oposição à ocupação nazifascista surgidos na Europa, na década de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial. Recuperando o exemplo da *Resistenza* italiana, Ridenti sugeriu que, a exemplo do que ocorreu naquele país, onde os comunistas estabeleceram alianças com partidos burgueses, com base na perspectiva de que a resistência era parte da construção de uma sociedade socialista, de que a revolução passava pela libertação nacional, também no Brasil a esquerda armada, ao lutar contra a ditadura, colocava-se contra o autoritarismo e a favor da liberdade. Porém, deveríamos lembrar, em primeiro lugar, que no Brasil, ao contrário do que aconteceu na Itália (e também na França), não houve um invasor estrangeiro, um inimigo comum para unificar e canalizar os esforços de amplos setores da oposição no sentido de uma resistência. Além disso, o engajamento dos comunistas italianos na *Resistenza* foi determinado pela inflexão política do *Komintern*, que passou a orientar suas seções nacionais a formar frentes únicas anti-nazifascista, o que também não se verificou no Brasil, onde a esquerda armada se opôs à proposta frentista do PCB, entendida como reformista, ao invés de revolucionária.

Analisada a questão da resistência presente no trabalho de Ridenti, vejamos como o autor tratou a atribuição do adjetivo *democrático* à ação da esquerda armada. Para fugir da releitura crítica empreendida por Reis Filho, que sublinhou o “deslocamento de sentido” embutido na idéia da luta armada como *resistência democrática*, Ridenti colocou em relevo não a questão da democracia presente na ação guerrilheira, mas sua contribuição não intencional – por que esse não era seu objetivo – para o restabelecimento do regime democrático:

Se parece apropriado qualificar a luta das esquerdas armadas como de resistência, isso *não deve significar um pacto com o que se poderia chamar de ideologia da resistência democrática*. Ela atribui a retomada da democracia no Brasil [...] em parte à luta heróica das esquerdas armadas, *o que em si não é de todo falso*, mesmo que essa não fosse a intenção original (Ridenti, 2004, p. 58. Grifo nosso).

Embora não deixe explícito porque “não é de todo falso” que a luta armada tenha importado para a volta da democracia, parece-nos que esse também constituiu um novo mito, a despeito de sua intenção igualmente desmistificadora. A proximidade das datas até poderia sugerir que a ditadura tivesse acabado em razão da luta armada, mesmo que não exclusivamente. Entretanto, ao longo do regime, foram os militares, e não os guerrilheiros, quem se fortaleceram. Opondo-se a essa evidência demasiadamente objetiva para ser ignorada, as análises que atribuem aos grupos armados um papel importante para o fim da ditadura secundarizam o fato de que a guerrilha foi derrotada

pelo regime militar de modo até relativamente fácil, embora a complexidade do aparato informativo-repressivo pudesse indicar, erroneamente, que o combate ao inimigo exigia uma estrutura daquela envergadura. O enfraquecimento da ditadura e a volta dos militares à caserna ocorreram mais de uma década depois de encerrada a guerrilha do Araguaia, o epílogo da luta armada, de modo que não se pode estabelecer uma relação direta entre as duas coisas. No máximo, poderíamos considerar que, ao longo da abertura, os ex-guerrilheiros ajudaram, do exílio, a engrossar as fileiras de oposição à ditadura com suas denúncias. Todavia, precisaríamos lembrar que, pelas limitações políticas impostas aos exilados, eles não assumiram a frente desses movimentos, que quase sempre ficaram a cargo de religiosos, juristas, professores e intelectuais.

Assim como a derrubada de João Goulart e a tomada do poder em 1964, também o ocaso da ditadura e a saída dos militares do poder na década de 1980 foi resultado de um conjunto de múltiplos e complexos fatores de ordem social, política e econômica. Existe, atualmente, uma considerável bibliografia que tentou sintetizar a vasta produção intelectual a respeito do regime militar⁵. Curiosamente, notamos que o espaço de destaque ocupado pelas análises sobre o golpe e a institucionalização do poder militar contrasta com a literatura a respeito do fim da ditadura, o que talvez venha ajudando a manter a mistificação em torno da luta armada com relação a esse aspecto. Mesmo a produção mais recente sobre a memória *militar*, como fica claro na análise feita por Vasconcelos (2009), tem sido dedicada ao estudo das memórias silenciadas dos militares cassados em 1964, dos esquecimentos deliberados e da releitura do passado presente na memória dos militares vencedores, entre outros, mas não ao fim da ditadura propriamente dito. Essa situação foi bem percebida por Gaspari, que reconheceu ser “vasta a literatura sobre a entrada dos militares no processo político dos países subdesenvolvidos”, mas menos numerosa que a “bibliografia da saída”:

No poder, os generais raramente contam as maquinações políticas de que participam. Fora dele, raramente são procurados para falar do passado. Essa circunstância diminui o conhecimento dos motivos e dos mecanismos pelos quais se processam as retiradas, exceto quando elas são consequência de desastres militares, como sucedeu na Argentina depois da Guerra das Malvinas, em 1982, e na Grécia dos coronéis depois da aventura cipriota, em 74 (Gaspari, 2002a, p. 38).

A contribuição da guerrilha para o fim da ditadura

A idéia segundo a qual a guerrilha teria contribuído para o fim do regime, ao invés de seu fortalecimento, constitui, também ela, um mito acerca da luta armada. Em meados de 2008, em

⁵ A síntese historiográfica mais completa encontra-se em Fico (2004). Sobre a esquerda armada, especificamente, um levantamento extenso, embora de análise menos exaustiva das obras listadas, pode ser visto em Ridenti (2001).

resposta a um artigo de Villa (2008) a respeito das “falácias sobre a luta armada na ditadura”, Carvalho e Vieira (2008), ex-militante da VPR, afirmaram que “a abordagem [de Villa] dissocia as esquerdas das conquistas democráticas”. Os autores retomam a idéia da *não intencionalidade* presente no trabalho de Ridenti (que precedeu em quatro anos o texto de Carvalho e Vieira), segundo a qual a ação da esquerda armada, mesmo não tendo significado uma luta pelo restabelecimento da democracia pré-1964, indiretamente levou ao enfraquecimento e à derrota da ditadura: “a tese [de que a esquerda armada era antidemocrática] ignora que uma ação política pode gerar resultados não intencionais de grande repercussão. Assim, *a luta armada contribuiu para o enfraquecimento da ditadura e o retorno da democracia*, em que pese as intenções iniciais de seus agentes” (Carvalho e Vieira, 2008. Grifo nosso).

No ano seguinte, analisando a experiência da luta armada no Brasil, dois outros ex-guerrilheiros, Ivan Seixas, do MRT, e Maurice Politi, da ex-ALN, também insistiram nesse ponto ao afirmarem que “a luta armada e suas conseqüências para o país, para seus militantes e para seus combatentes *foi a forma de luta que finalmente mais contribuiu para o desmantelamento final do regime golpista*, ilegítimo e opressor” (Seixas e Politi, 2009, p. 47. Grifo nosso). Sem desconsiderar as demais formas de “resistência” à ditadura, os autores inseriram a luta armada no conjunto de fatores que levaram ao fim do regime, recuperando também outros mitos já citados, como a tese do bloqueio institucional:

Um bom número de guerrilheiros urbanos, que tinham suas origens nesses mesmos meios sociais [que participaram das manifestações de 1968], acabaram identificados pela repressão cada vez mais violenta e *tiveram que cair na clandestinidade* para não serem presos. *Não tiveram outra alternativa* senão a de voltar suas ações armadas a um enfrentamento mais direito aos repressores (Seixas e Politi, 2009, p. 45. Grifo nosso).

Compreendemos que os mitos a respeito da luta armada sempre funcionaram como um importante *capital simbólico*, fator de distinção política, para aqueles que, no retorno ao país, integraram-se nas mais diversas atividades, como a carreira política, a militância social ou a vida acadêmica. Empregamos o conceito de capital simbólico no mesmo sentido de Bourdieu, para quem esse tipo de capital, também chamado de prestígio, reputação e fama, deriva de outros capitais (como o político, social e cultural), sendo ele, o capital simbólico, a “forma *percebida e reconhecida como legítima* das diferentes espécies de capital” (Bourdieu, 2010, pp. 134-135) conquistado pelo trabalho acumulado – neste caso, o capital político acumulado pelos ex-guerrilheiros no confronto com a ditadura. De certa forma, foi como se ao pegarem em armas, colocando suas vidas em risco, os militantes da esquerda armada tivessem sido *mais vítimas* que

outros opositores, algo semelhante ao que ocorreu na Argentina, onde a “figura moral da vítima” (Vezzetti, 2002, p. 19)⁶ tornou-se o elemento central na memória social sobre o *Processo*.

O papel da Anistia e das *Diretas Já!*

A interpretação que os ex-guerrilheiros passaram a fazer de sua experiência confundiu-se com a memória da própria sociedade, que acabou incorporando alguns elementos dessa releitura em sua visão sobre o período militar, como acabamos de destacar. Esse processo ocorreu nas duas lutas nacionais e de massa que colocaram os ex-militares de grupos armados em contato com os setores que se opunham ao regime e que, naquele momento também, buscavam legitimar suas posições presentes por meio da releitura e do esquecimento das ações anteriores, a exemplo da Igreja, da OAB e da ABI, que apoiaram a intervenção militar contra o governo Jango em 1964. A luta pela anistia e a campanha pelas diretas permitiram que a memória dos ex-guerrilheiros fosse incorporada pela sociedade ao mesmo tempo em que esta também atribuía determinadas características à experiência da esquerda armada.

Excluimos as quatro eleições das quais o (P)MDB participou no período (1974, 1976, 1978 e 1982) por avaliarmos que as campanhas do partido, embora tivessem contado com um inédito apoio político, não unificaram o conjunto das oposições da mesma forma como fizeram as mobilizações pela anistia e pelo voto direto para presidente da República, inclusive porque, após 1979, o quadro político-partidário estava bem mais fragmentado do que nos anos anteriores, quando havia apenas duas legendas. O caráter nacional e massivo da luta pela anistia e da campanha pelas diretas permitiu o estabelecimento de uma aliança tática de amplos setores da sociedade que, constituindo um campo político de oposição à ditadura, passaram a defender a volta ao regime democrático. Nesse processo, um aspecto importante a ser destacado é a participação *em bloco* de ex-guerrilheiros e organizações que haviam aderido à luta armada na década de 1960 naquelas mobilizações.

Embora alguns grupos, como o PCdoB e o MR-8, tiveram decidido apoiar o MDB ainda em meados dos anos 1970, participando de momentos importantes da vida política nacional, como as campanhas eleitorais do partido, o fato é que somente nos movimentos pela anistia e pelo retorno das eleições diretas a antiga esquerda armada, como um todo, engajou-se na luta pelo restabelecimento da democracia. Retomando a questão da memória social sobre a ditadura, um dos principais problemas dos ex-guerrilheiros nesse momento de mobilização nacional em favor da democracia foi como transmitir uma experiência social e, sobretudo, política, que foi a vida clandestina, a luta subterrânea, o fato de terem pegado em armas para lutar contra o regime militar. Acreditamos que a participação em bloco da antiga esquerda armada em duas mobilizações

⁶ Tradução livre do espanhol.

nacionais e de massa envolvendo amplos setores de oposição à ditadura permitiu a formulação de uma certa versão histórica – alimentada não apenas pelos ex-guerrilheiros, obviamente – que conferiu um lugar privilegiado para os que haviam seguido pelo caminho armado com o objetivo de tirar os militares do poder e fazer a revolução.

A anistia foi importante porque o debate a respeito do perdão mútuo exigiu uma definição sobre o papel dos que pegaram em armas durante a ditadura. Se para a antiga esquerda armada seus militantes haviam executado ações revolucionárias, como expropriações e justiçamentos, à luz do Estado de direito que então se consolidava os ex-guerrilheiros tinham cometido crimes, como assaltos, seqüestros e homicídios, assim como os agentes da repressão, que em escala muito maior infringiram até mesmo as próprias leis de exceção às quais deveriam se submeter. Portanto, o que se discutia naquele momento era se ambos representavam lados opostos de uma mesma dinâmica (a da guerra revolucionária), se suas ações haviam tido correspondência ou não. Analisando essas questões, a sociedade atribuiu determinado valor à antiga esquerda armada, isso é, o de que ela teria sido vítima da brutalidade repressiva (motivando a defesa de uma anistia que não contemplasse os envolvidos na violação dos direitos humanos) e o de que ela havia tido um papel fundamental na luta contra a ditadura, com ex-guerrilheiros destemidos, arriscando suas vidas, resistindo ao Estado de exceção.

Em resumo, a mobilização em favor da anistia, tanto no Brasil como no exterior, envolveu inúmeros militantes de esquerda, entidades profissionais, partidos, parlamentares, movimentos sociais e instituições dos mais variados tipos. Ao defenderem uma lei ampla, geral e irrestrita, como se consolidou a bandeira da anistia a partir de 1978, foi preciso indicar a posição do movimento a respeito dos ex-guerrilheiros (Greco, 2003). O envolvimento direto e indireto da antiga esquerda armada – no Brasil, através dos familiares, e no exterior, por meio dos exilados – foi decisivo, a nosso ver, para que, misturando a luta armada às outras formas de oposição à ditadura, fosse construído um discurso em que os ex-guerrilheiros puderam ser vistos como parte da resistência democrática à ditadura e até mesmo determinantes para o fim do regime. Julgá-los, assim, tornou-se uma atitude mal vista pelo movimento, tanto porque dividia a mobilização pela anistia como porque a luta armada, levando ao enfraquecimento da ditadura, conforme avaliavam, havia permitido chegar àquela conjuntura específica.

As *Diretas Já!* também foram importantes nesse sentido porque a luta por eleições diretas era também uma mobilização fundamental para o restabelecimento da democracia (Rodrigues, 2003). Como sabemos, a escolha de representantes políticos é uma das características principais dos regimes democráticos, ao lado do direito de expressão e do pleno funcionamento das instituições representativas – tudo isso inexistente durante da ditadura. Uma das primeiras medidas tomada pelo regime militar foi justamente tornar indiretas as eleições para presidente da República,

governadores e prefeitos. Dessa forma, junto com a luta pela anistia, as *Diretas Já!* envolveram a antiga esquerda armada numa campanha que defendeu um aspecto central da democracia que se desejava restabelecer no país (o retorno do voto direto), de modo que seu envolvimento com aquela mobilização, em nosso entender, também ajudou a consolidar uma imagem dos ex-guerrilheiros como defensores do Estado de direito, nos moldes daquele existente antes do golpe – Estado que foi retomado, em outro nível, pela Nova República.

A campanha pelas diretas, como é sabido, foi derrotada em seu objetivo principal, que era restabelecer o voto direto em 1985, com a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Porém, a exemplo da luta pela anistia, que também foi derrotada do ponto de vista de seus efeitos esperados, aquela mobilização produziu uma vitória parcial em razão do processo político que engendrou. Para o que discutimos aqui, ela foi decisiva para que, invocando símbolos coletivos e valores comuns associados à democracia (Bertoncelo, 2009), conseguisse reunir amplos setores da sociedade ao lado da antiga esquerda armada, por intermédio do PT, numa campanha nacional e de massa orientada para a defesa de um elemento visto como essencial para a transição imediata para o regime pós-autoritário, ajudando a associar os ex-guerrilheiros à luta pela democracia, bandeira principal do movimento.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção: homo sacer*, vol. II. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1985)*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 323-353.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a campanhas das diretas. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 76, 2009, pp. 169-196.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, vol. 4, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 14-42.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, Aloysio Castelo; VIEIRA, Liszt. Luta armada a favor ou contra a ditadura? *Folha de S.Paulo*, 16 de junho de 2008.

- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964-1985*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Intr. e org.) *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, Florestan. O pensamento político de Carlos Marighella: a última fase. In: In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 205-220.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- GRECO, Heloisa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela Anistia*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (Dir.) *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.
- LAVABRE, Marie-Claire. Usages do passé, usages de la mémoire. *Revue Française de Science Politique*, Paris, année 44, n. 3, 1994, pp. 480-493.
- MARIGHELLA, Carlos. Carta à Comissão Executiva do Partido Comunista Brasileiro. In: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 536-546.
- MORAES, João Quartim de. A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, vol. 1, n. 2, 1989, pp. 135-158.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- _____. As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia. *Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth*, Campinas, vol. 8, n. 14-15, 2001, pp. 259-295.
- _____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp. 53-65.

- RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ROLLEMBERG, D. A idéia de revolução: a luta armada ao fim do exílio. In: _____ (Org.) *Que História é essa?: novos temas e novos problemas em História*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, pp. 111-130.
- _____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- _____. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.) *O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimento sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 43-91.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SANTOS, Idelete Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Brésil des gouvernements militaires et l'exil 1964-1985 – violence politique, exil et accueil des brésiliens en France: témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008.
- SEIXAS, Ivan Akselrud de; Maurice POLITI. A resistência armada na luta contra a opressão. In: SILVA, Haike R. Kléber da (Org.) *A luta pela Anistia*. São Paulo: Imprensa Oficial/Aquivo Público do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009, pp. 31-47.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- VANCONCELOS, Cláudio Beserra de. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, janeiro-junho 2009, pp. 65-84.
- VEZZETTI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.
- VILLA, Marco Antonio. Falácias sobre a luta armada na ditadura. *Folha de S.Paulo*, 19 de maio de 2008.